

Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre Findo
em 30 de Junho de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (“Distribuidora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de Junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 30 de Junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Contexto Operacional – Reestruturação societária

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a qual divulga que, em 6 de julho de 2022, foi firmado contrato de compra e venda de ações entre o Andorra Banc Agrícola Reig S.A. e a Credits Financial Solutions, LLC, para a transferência do controle acionário do Banco Andbank (Brasil) S.A. (“Banco”) e de sua controlada Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., incluindo planos de reestruturação societária envolvendo o Banco e a Distribuidora. O fechamento da referida operação de compra e venda está condicionado à aprovação das autoridades relevantes e ao atendimento de outras condições estabelecidas no contrato entre as partes. Diante desse contexto, certas atividades de *private banking*, representadas pelas indicações de clientes locais para outras jurisdições do Grupo Andbank foram migradas em março de 2023 para a Distribuidora, ocasionando o reconhecimento de receitas de prestação de serviços de exportação e despesas correspondentes a partir daquela data. A leitura dessas demonstrações financeiras deve levar em consideração os assuntos anteriormente mencionados. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de outubro de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8



Luana de Melo Souza

Contadora

CRC nº 1 SP 292386/O-2

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Junho 2023	Dezembro 2022	PASSIVO	Nota explicativa	Junho 2023	Dezembro 2022
Circulante		1.402	26	Circulante		615	244
Disponibilidades	4	14	13	Outras obrigações		615	244
Outros créditos	6	1.355	13	Obrigações fiscais e previdenciárias correntes		94	1
Diversos		1.355	13	Diversos	8	521	243
Outros valores e bens		33	-	Patrimônio líquido		1.255	566
Despesas antecipadas		33	-	Capital social	11	1.795	1.795
				Outros resultados abrangentes		(13)	(48)
		468	783	Prejuízos acumulados		(527)	(1.181)
Títulos e valores mobiliários	5	442	741				
Carteira própria		442	741				
Outros créditos	6	26	42				
Diversos		26	42				
		-	1				
Imobilizado de uso		-	1				
Imobilizações de uso		56	56				
(-) Depreciação acumulada		(56)	(55)				
Intangível		-	-				
Ativos intangíveis		141	141				
(-) Amortização acumulada		(141)	(141)				
Total do ativo		1.870	810	Total do passivo e do patrimônio líquido		1.870	810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DE 2022
 (Em milhares de Reais - R\$, exceto prejuízo por quota)

	Nota explicativa	Junho 2023	Junho 2022
Receitas da intermediação financeira		14	29
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	14	29
Resultado da intermediação financeira		14	29
Outras receitas (despesas) operacionais		892	(84)
Despesas de pessoal		(2)	(2)
Despesas administrativas	12	(337)	(75)
Despesas tributárias	13	(102)	(32)
Outras receitas operacionais	14	1.355	25
Outras despesas operacionais		(22)	-
Resultado operacional		906	(55)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		906	(55)
Imposto de renda / Contribuição social	10	(252)	-
Lucro (Prejuízo) no semestre		654	(55)
Quantidade de quotas		179.493.002	179.493.002
Lucro (Prejuízo) por quota - R\$		0,0036	(0,0003)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Junho 2023	Junho 2022
Lucro (Prejuízo) no semestre	654	(55)
Ajuste a valor de mercados dos ativos financeiros disponíveis para venda	35	(20)
Resultado abrangente do semestre	<u>689</u>	<u>(75)</u>
Atribuível aos sócios cotistas da Empresa	689	(75)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022		<u>1.795</u>	<u>(43)</u>	<u>(1.079)</u>	<u>673</u>
Ajuste de avaliação patrimonial	5	-	(20)	-	(20)
Prejuízo líquido do semestre		-	-	(55)	(55)
Saldos em 30 de junho de 2022		<u>1.795</u>	<u>(63)</u>	<u>(1.134)</u>	<u>598</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2023		<u>1.795</u>	<u>(48)</u>	<u>(1.181)</u>	<u>566</u>
Ajuste de avaliação patrimonial	5	-	35	-	35
Lucro líquido do semestre		-	-	654	654
Saldos em 30 de junho de 2023		<u>1.795</u>	<u>(13)</u>	<u>(527)</u>	<u>1.255</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023 E DE 2022
(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Junho 2023	Junho 2022
Lucro (Prejuízo) no semestre		654	(55)
Ajustes para conciliar o resultado líquido do semestre			
Depreciações e amortizações	12	1	7
Lucro (Prejuízo) ajustado		655	(48)
Variações de Ativos e Passivos			
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários		334	(28)
(Aumento) Redução em outros créditos		(1.326)	25
(Aumento) em outros valores e bens		(33)	(34)
Aumento em outras obrigações		636	9
Imposto de renda e contribuição social pagos		(265)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		1	(76)
Aumento (Redução) de caixas e equivalentes de caixa		1	(76)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		13	96
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		14	20
Aumento (Redução) de caixas e equivalentes de caixa		1	(76)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ANDBANK DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 JUNHO DE 2023
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto o preço unitário da cota)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., anteriormente denominada L.L.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., (“Distribuidora”), tem como principal cotista o Banco Andbank Brasil S.A., e foi constituída em 3 de junho de 1991 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 31 de janeiro de 1992.

A Distribuidora é uma sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2.179, 8º andar. Concentra suas operações na distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado, na administração de carteiras, e opera no mercado acionário, comprando, vendendo e distribuindo títulos e valores mobiliários por conta de terceiros. Possui como objeto social a prática de operações inerentes às distribuidoras de títulos e valores mobiliários, incluindo a compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros, a administração de carteiras e custódia de títulos e valores mobiliários, a instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento, a prática de operações de conta margem, conforme regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários e a prestação de serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades nos mercados financeiros e de capitais. Durante o terceiro trimestre de 2013, foi iniciada a atividade de intermediação de renda fixa via custódia própria.

Em 16 de dezembro de 2014, o Andorra Banc Agricol Reig adquiriu 100% das ações do Banco Andbank Brasil S.A. (“Banco”) com objetivo de aumentar sua atuação no mercado brasileiro. Com isso a Distribuidora passou a fazer parte do conglomerado prudencial onde o Banco é líder. Em 6 de junho de 2016 o Banco adquiriu 99,99% das ações Andbank Financeira Ltda. (antiga controladora da Distribuidora).

Face à reorganização societária, em 15 de fevereiro de 2019, a Distribuidora incorporou sua controladora direta Andbank Financeira Ltda., Em decorrência da incorporação, a composição do capital social passou a ser: 99,9818% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,0182% Andorra Banc Agricol Reig S.A.

Em 6 de julho de 2022, Banco Andbank Brasil S.A. (“Banco Andbank”), Andbank DTVM Ltda. (“Andbank DTVM”), sua controladora, Andorra Banc Agricol Reig S.A. (“Andorra Banc”) e, do outro lado, Credits Financial Solutions, LLC (“Credits LLC”) firmaram contrato de compra e venda de ações. Os principais eventos desse contrato foram os seguintes:

- a) Transferência do controle acionário do Banco Andbank para Credits LLC, mediante a entrega de ações da Credits Financial Solutions Ltd ao Andorra Banc.
- b) Opção de venda detida pela Credits LLC de 100% das cotas da Andbank DTVM à Andorra Banc que, se não exercida, dará a opção de compra por Andorra Banc de 75% das cotas da Andbank DTVM.
- c) Reestruturação societária para transferência do business de “private banking” do Banco Andbank à Andbank DTVM.
- d) Prestação de serviço entre Andbank DTVM e o Grupo Credits no Brasil.

O fechamento da operação de compra e venda das ações estará condicionada à aprovação das autoridades relevantes, incluindo o Banco Central do Brasil - BACEN, a Autoridade Financeira de Andorra (Autoritat Financera Andorrana - AFA”), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, entre outras condições precedentes. Até a data atual, o BACEN não se posicionou sobre a transação supramencionada.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), publicou no Diário Oficial da União, sua aprovação da operação em 15 de agosto de 2022.

Em 28 de outubro de 2022, o Conselho de Administração da AFA (“Autoritat Financera Andorrana”) concedeu autorização prévia sem oposição para a realização da venda do Banco Andbank (Brasil) S.A. e da Andbank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional no curso normal dos negócios da Distribuidora. Face ao contrato de compra e venda mencionado anteriormente, as atividades de “private banking”, realizadas no Banco Andbank (Brasil) S.A., atual controlador, serão migradas para a Distribuidora.

Diante desse contexto, certas atividades de “private banking”, representadas pelas indicações de clientes locais para outras jurisdições do Grupo Andbank foram migradas em março de 2023. O Controlador final do Grupo Andbank Brasil suporta o Grupo no Brasil com eventuais necessidades de aportes de capital e não há fatores relevantes que tragam incerteza quanto à continuidade dos negócios da Distribuidora.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e homologadas pelo Banco Central do Brasil, as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e as normas emitidas pelo Banco Central do Brasil. Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Distribuidora.

Estas demonstrações financeiras incluem estimativas que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação a valores de mercado de títulos e valores mobiliários e depreciação do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Distribuidora revisa essas estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que representa a moeda funcional e foram aprovadas pela Diretoria em 11 de outubro de 2023.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1. Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias e computados sobre os ativos e passivos indexados.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e/ou aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.3. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceira de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras.

3.4. Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício.
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento, e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários quando aplicável.
- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do semestre.

Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, são classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01.

Para apuração dos valores de mercado dos instrumentos financeiros são utilizadas as taxas referenciais médias, praticadas para operações com prazo similar na data do balanço, divulgadas pela Anbima, B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, Bloomberg e administradores de fundos de investimento.

A metodologia de ajuste a valor de mercado atende aos critérios de mensuração dos ativos financeiros, previsto pela Resolução CMN nº 4.748/19.

3.5. Imobilizado de uso

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com sua vida útil: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de processamento de dados e sistema de segurança - 20% ao ano.

3.6. Intangível

São demonstrados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações, calculadas pelo método linear de acordo com sua vida útil. O intangível é representado por aquisição de sistemas informatizados, sendo amortizado à alíquota de 20% ao ano.

3.7. Impostos

As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%), contribuição social (15%), PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observado que a Distribuidora possui créditos tributários não ativados de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, base negativa de CSLL e prejuízos fiscais. Em 28 de abril de 2022 foi publicada a Medida Provisória nº 1.115, em que a CSLL para as distribuidoras de valores mobiliários foi majorada em 1% (16%), para o período-base compreendido entre 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

3.8. Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações de contingências passivas e despesas nos semestres demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referente a probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Distribuidora revisa periodicamente suas estimativas e premissas.

3.9. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

É reconhecida uma perda por “impairment” se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por “impairment” são reconhecidas no resultado do semestre. A partir de 2008, os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por “impairment”.

Não foi identificado qualquer evento na Distribuidora que justificasse provisão de perdas por “impairment” para os ativos não financeiros.

3.10. Ativos e Passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, obrigações legais (fiscais e previdenciárias) e provisão para risco são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, sendo os principais critérios:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Passivos contingentes - classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, os classificados como prováveis são provisionados e divulgados em nota explicativas, enquanto aqueles classificados como perdas remotas não são passíveis de provisão ou divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas administrativas ou judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, independentemente à classificação do risco, e atualizadas de acordo com a legislação vigente.

3.11. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras.
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

3.12. Resultados não recorrentes

A Resolução BACEN nº 2/20, dispõe sobre a divulgação de resultados não recorrentes, sendo eles considerados os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas da instituição e; não estejam previstos para ocorrerem com frequência nos exercícios futuros.

Não foram identificados resultados não recorrentes auferidos nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e de 30 de junho de 2022.

3.13. Alterações de normas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638 com o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Em decorrência deste processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Desta forma o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

- CPC 00 - Pronunciamento contábil básico (R1) - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.
- CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21 e Resolução BCB nº 120/21.
- CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16.
- CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16.

- CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Registro contábil e evidenciação de políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.
- CPC 24 - Divulgação de eventos subsequentes ao semestre a que se referem as demonstrações contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20.
- CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.
- CPC 33 (R1) - Benefícios pagos a empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20 e Resolução BCB nº 59/20.
- CPC 41 - Resultado por ação - homologado pela Circular nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20.
O Banco adotou a prerrogativa prevista no artigo 7º da referida circular, a qual confere a adesão opcional para instituições financeiras do segmento 4 (S4). Desta forma, o Banco não adotou este pronunciamento.
- CPC 46 - Mensuração do valor justo - tema consolidado pela Resolução CMN nº 4.924/21.
- CPC 47 - Receita de contrato com cliente - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização deles será de forma prospectiva ou retrospectiva para as demonstrações financeiras da Distribuidora.

Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Norma	Vigência
CPC 06 (R2) - Arrendamentos - homologado pela Resolução CMN nº 4.975/21 (i)	01/01/2025
Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge. (ii)	01/01/2025
Lei nº 14.467/33 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas nos recebimentos de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.	01/01/2025
(i) Os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor.	
(ii) O Banco Central ainda emitirá normas complementares. Os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor.	

4. DISPONIBILIDADES

As disponibilidades estão compostas da seguinte forma:

	Junho 2023	Dezembro 2022
Disponibilidades em moeda nacional	14	13
Total	14	13

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os títulos e valores mobiliários estavam assim compostos:

	Junho 2023			Dezembro 2022		
	Custo Atualizado	Valor contábil/ Mercado	Valor Ajuste a Mercado	Custo Atualizado	Valor contábil/ Mercado	Valor Ajuste a mercado
Títulos disponível para venda						
Carteira própria:						
Letras do tesouro nacional (*)	455	442	(13)	789	741	(48)
Total	455	442	(13)	789	741	(48)

(*) Prazo de vencimento superior a 360 dias.

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve reclassificações entre categorias dos títulos e valores mobiliários.

Títulos para negociação e títulos disponíveis para venda foram classificados de acordo com os seguintes níveis em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

- Nível 1: títulos e valores mobiliários com preços líquidos disponíveis em um mercado ativo.
- Nível 2: títulos e valores mobiliários que não tem informações de preço disponíveis e são precificados por modelos convencionais ou internos, considerando inputs.
- Nível 3: títulos e valores mobiliários para os quais os insumos para precificação são gerados por modelos estatísticos e matemáticos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	30/06/2023		31/12/22	
	Nível 1	Total	Nível 1	Total
Títulos disponíveis para venda	442	442	741	741
Letras do tesouro nacional	442	442	741	741

Em 30 de junho de 2023 o resultado com títulos e valores mobiliários é de R\$14 (R\$29 em 2022).

6. OUTROS CRÉDITOS

	Junho 2023	Dezembro 2022
Valores a receber - partes relacionadas (nota explicativa nº 7) (a)	1.355	13
Ativos fiscais correntes	26	42
Total	<u>1.381</u>	<u>55</u>
Ativo circulante	1.355	13
Ativo não circulante	26	42

(a) Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria, conforme mencionado no contexto operacional.

7. PARTES RELACIONADAS

A Distribuidora possui como controladora direta o Banco Andbank Brasil S.A. e o Andorra Banc Agricol Reig S.A. Adicionalmente os cotistas possuem outras empresas as quais são consideradas partes relacionadas da Distribuidora por possuírem controle em conjunto sendo elas:

- Andbank Corretora de Seguros de Vida Ltda.
- Andbank Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.

São consideradas pessoas chave da Distribuidora sua diretoria executiva. A estrutura administrativa das empresas do grupo Andbank é compartilhada, dessa forma, esses administradores recebem uma remuneração global paga e registrada no Banco Andbank Brasil S.A., onde substancialmente suas atividades são dedicadas. No primeiro semestre de 2023 essa remuneração foi de R\$460 (R\$390 em 2022).

A Distribuidora manteve no período saldos ativos e passivos, receitas e despesas com as empresas, relativas a contratos de prestação de compartilhamento de custos administrativos, conforme apresentado no quadro a seguir:

Sociedades ligadas

	Junho 2023		Dezembro 2022	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
ANDBANK Corretora de Seguros de Vida Ltda.				
Valores a receber (i)	-	2	1	12
Valores a pagar (i)	-	(1)	-	-
ANDBANK Gestão de Patrimônio Financeiro Ltda.				
Valores a receber (i)	1	8	7	23
Valores a pagar (i)	(1)	(14)	-	(2)

	Junho 2023		Dezembro 2022 Junho 2022	
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Banco Andbank Brasil S.A				
Valores a receber (i)	132	29	5	11
Valores a pagar (i) (iii)	(470)	(86)	(197)	-
Andorra Banc Agricol Reig S.A.				
Valores a receber (ii)	773	799	-	-
AndPrivate Wealth S.A. (Suíça)				
Valores a receber (ii)	4	4	-	-
Andbank Luxemburgo				
Valores a receber (ii)	286	299	-	-
Andbank Advisory LLC (Miami)				
Valores a receber (ii)	136	279	-	-
Andbank Uruguai				
Valores a receber (ii)	23	24	-	-
Total a receber - Outros créditos - Diversos	<u>133</u>	<u>39</u>	<u>13</u>	<u>59</u>
Total a pagar - Outras obrigações - Diversas	<u>(268)</u>	<u>(101)</u>	<u>(197)</u>	<u>(4)</u>
Total de receita de prestação de serviço	<u>1.222</u>	<u>1.405</u>	-	-
Total de despesa de comissão	<u>(202)</u>	-	-	-

(i) Refere-se a rateio de despesas administrativas.

(ii) Refere-se a receita de prestação de serviço de exportação.

(iii) Em 30 de junho de 2023, o valor de R\$202 refere-se a despesas de comissão a ressarcir.

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSOS

	Junho 2023	Dezembro 2022
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 7)	471	197
Serviços técnicos especializados	40	37
Fornecedores	<u>10</u>	<u>9</u>
Total	<u>521</u>	<u>243</u>
Passivo circulante	521	243

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não há provisão para passivos contingentes e obrigações legais.

Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível.

A Distribuidora possui contingência fiscal avaliada por nossos assessores jurídicos como perda possível, no valor de R\$1 em 30 de junho de 2023 (R\$1 em 31 de dezembro de 2022).

10. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Junho 2023	Junho 2022
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	906	(55)
Encargos (IR e CS) às alíquotas vigentes (nota explicativa nº 3.4)	(350)	22
(Adições) Exclusões Permanentes	(6)	(2)
Outras despesas não dedutíveis	(6)	(2)
(Adições) Exclusões Temporárias	(1)	64
Provisões para pagamentos	(1)	64
Efeito do diferido sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativa não constituído	-	(34)
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa (30%)	105	-
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(252)	-
Imposto corrente	(252)	-
Imposto diferido	-	-

A Distribuidora possui créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2023 no valor de R\$423 (R\$554 em dezembro de 2022), em razão da incerteza quanto à sua realização, sendo R\$422 de prejuízo fiscal e base negativa, e R\$1 de diferenças temporárias em 30 de junho de 2023 (R\$527 de prejuízo fiscal e base negativa, e R\$27 de diferenças temporárias em dezembro de 2022).

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2023, o Capital Social está representado por 179.493.002 (cento e setenta e nove e milhões, quatrocentos e noventa e três mil e duas) cotas de R\$0,01 cada uma (179.493.002 em 31 de dezembro de 2022), totalmente subscritas e integralizadas. A composição do capital social está distribuída por 99,98888257% Banco Andbank Brasil S.A. e 0,011117425% Andorra Banc Agrícola Reig S.A.

12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Junho 2023	Junho 2022
Despesas do sistema financeiro (nota explicativa nº 7)	202	-
Despesas de serviços técnicos especializados	(32)	(34)
Despesas de processamento de dados	(22)	(12)
Despesas com publicações (i)	-	(9)
Despesas com depreciação e amortização	(1)	(7)
Despesas com aluguel	(6)	(5)
Despesas com comunicação	(54)	(2)
Outras	(20)	(6)
Total	(337)	(75)

(i) A reversão de provisão com publicação está registrada em Outras Receitas Operacionais.

13. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Junho 2023	Junho 2022
Despesas de taxas CVM	(30)	(30)
Despesas com ISS	(71)	-
Despesas de PIS/COFINS	(1)	(2)
Total	(102)	(32)

14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Junho 2023	Junho 2022
Reversão de despesas com publicações	-	24
Prestação de serviços - exportação (a)	1.405	-
Variação Cambial	(51)	-
Outros	1	1
Total	1.355	25

(a) Refere-se a contrato firmado com partes relacionadas sobre a prestação de serviço de captação de clientes e consultoria, conforme mencionado no contexto operacional.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 8 de Janeiro de 2015, a Andbank Distribuidora passou a fazer parte do conglomerado econômico onde o Banco Andbank Brasil S.A. é o líder e por decisão do Banco Central do Brasil, com base em atos estatutários, a Distribuidora foi dispensada de enviar as informações de limites operacionais, sendo de responsabilidade do Banco líder do conglomerado informar as posições consolidadas. Em 30 de junho de 2023, o índice de Basileia do Banco (Prudencial) é de 14,27% (31,63% em 31 de dezembro 2022).

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Capital Principal antes das deduções	402.426	519.502
(-) Deduções do Capital Principal incluindo ajustes prudenciais	(128.627)	(240.044)
Patrimônio de Referência (PR)	273.799	279.458
(-) Margem sobre o Patrimônio de Referência Requerido	(120.255)	(208.787)
Patrimônio de Referência Mínimo requerido para o RWA	153.544	70.671

16. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO CONTÍNUO E INTEGRADO DE RISCOS

A estrutura de gerenciamento de riscos da Distribuidora considera o tamanho e a complexidade de seus negócios, o que permite o acompanhamento, o monitoramento e o controle dos riscos aos quais está exposto.

O processo de gerenciamento de riscos permeia toda a Organização, alinhado às diretrizes da administração, que, por meio de comitês e outras reuniões internas, definem os objetivos estratégicos, incluindo o apetite ao risco. Por outro lado, as unidades de controle e gerenciamento de capital dão suporte ao gerenciamento por meio de processos de monitoramento e análise de risco e capital.

- Gerenciamento do risco operacional

É definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A premissa do trabalho de gerenciamento de risco operacional é promover a adequação dos processos e das rotinas internas da Distribuidora aos padrões estabelecidos pela Diretoria e em cumprimento às exigências do Banco Central por meio da Resolução nº 4.557/17.

Para alocação de capital para o risco operacional a Distribuidora optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico de alocação de capital. O Conglomerado possui área para gestão de risco operacional, independente da área de negócios, que acompanha os riscos operacionais dos seus negócios bem como das áreas de controle, analisa os casos em que houve perdas relevantes e acompanha a implementação das melhorias a fim de se evitar novas perdas superiores ao apetite para este risco. O Conglomerado possui um Comitê de Riscos que se reúne periodicamente onde se analisa a estrutura de gerenciamento, eventos relevantes no período, implementação das melhorias, etc. O conglomerado também possui política para recuperação em desastres e realiza testes periódicos.

- Gerenciamento do risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas em decorrência da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Distribuidora. Entre os eventos de risco de mercado, incluem-se os riscos de:

- Operações sujeitas à variação cambial.
- Taxas de juros.
- Preços de ações.
- Preços de mercado (“commodities”).

O gerenciamento de risco de mercado é efetuado de forma centralizada, pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência com relação à Tesouraria e Mercado de Capitais, aplicando a política e diretrizes fixadas pelo Comitê de Diretoria e monitorados no Comitê de Ativos e Passivos - COAP. O risco decorrente da exposição de suas operações é gerenciado por meio de políticas de controle, que incluem a determinação de limites operacionais e o monitoramento das exposições líquidas consolidadas.

Para o monitoramento do risco de mercado, o Valor a Risco (VaR) é calculado diariamente a partir de técnicas estatísticas para estimar a perda financeira possível para um dia, levando-se em conta o comportamento do mercado. O cálculo do VaR é a marcação a mercado (MTM) da carteira de negociação. O processo consiste na atualização diária dos valores financeiros utilizando-se das curvas e preços de mercado.

- Gerenciamento do risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais; a depreciação ou redução dos ganhos esperados dos instrumentos financeiros devido à deterioração da qualidade de crédito de clientes ou contrapartes; os custos de recuperação da exposição deteriorada; e a qualquer vantagem dada a clientes ou contrapartes devido à deterioração de sua qualidade de crédito.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de crédito é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para medir, monitorar, controlar e reportar o risco de crédito dos produtos e demais operações financeiras buscando fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito elaborada pelo Comitê de Crédito. O Comitê de Crédito delibera essa atividade estratégica essencial. Ele é composto por diretores, gerentes e analistas do Banco que votam sobre cada operação. As reuniões do Comitê de Crédito são precedidas por uma análise das características do tomador, de seu negócio, do setor de atividade e etc. As conclusões de tal análise são apresentadas sob a forma de relatório aos membros do Comitê que deliberam após exposição do analista responsável.

O atendimento aos limites estabelecidos pelo Comitê de Crédito é acompanhado, diariamente, pela área responsável pela gestão de risco e reportado mensalmente no Comitê de Riscos para conhecimento da Diretoria da Distribuidora.

- Gerenciamento do risco de liquidez

É a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamento” entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamento da Distribuidora, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, de que trata a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017.

A estrutura de controle e gerenciamento de risco de liquidez é independente das unidades de negócios, sendo responsável pelos processos e ferramentas para mensurar, monitorar, controlar e reportar o risco de liquidez, verificando continuamente a aderência às políticas e estrutura de limites aprovada. O risco de liquidez é monitorado diariamente pelo acúmulo de ativos líquidos e de alta qualidade por meio de projeções diárias dos saldos de caixa levando-se em conta as liquidações dos fluxos futuros dos seus ativos e passivos. Este controle é feito para evitar que o Banco tenha dificuldades em honrar suas obrigações futuras de pagamento ou incorrer em custos de captação maiores que aqueles regularmente praticados. O Colchão de liquidez do banco é composto basicamente, por títulos de livre movimentação e posições em caixa.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos -COAP, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- Gestão de Capital

O processo de gerenciamento de Capital da Distribuidora leva em consideração o ambiente econômico no qual o Conglomerado atua. Este processo é compatível com a natureza das operações, complexidade dos produtos e serviços e o nível de exposição aos riscos das empresas do conglomerado.

Esse processo visa assegurar a suficiência de capital para suportar as estratégias e seus riscos subjacentes, é efetuado de forma contínua objetivando manter uma base sólida de capital que suporte o desenvolvimento das atividades e os riscos incorridos, em condições normais ou extremas, e atende aos requerimentos regulatórios de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil.

O Processo de gerenciamento é monitorado mensalmente pelo Comitê de Ativos e Passivos - COAP assim como pelo Comitê de Riscos, no qual são avaliados os potenciais impactos das alterações nos ambientes econômico e regulatório sobre as projeções e as decisões estratégicas do Conglomerado.

- Divulgação das informações relativas à gestão de riscos

As informações destinadas ao público externo são disponibilizadas em local de acesso público e de fácil localização no sítio do banco na internet (<https://www.andbank.com/brasil/governanca/>).

São publicadas informações sobre riscos nos seguintes documentos:

- a) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito, do risco de liquidez, do risco de mercado e do risco operacional.
- b) Informações qualitativas sobre o gerenciamento do capital.
- c) Relatório de gerenciamento de riscos - Pilar 3.
- d) Formulário de referência.
- e) Notas explicativas às demonstrações financeiras.

17. OUVIDORIA

O componente organizacional encontra-se em funcionamento e a sua estrutura atende às disposições estabelecidas por meio da Resolução CMN nº 4.433 de 23 de julho de 2015.

18. BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

Não existem benefícios pós emprego tais como pensões, outros benefícios de aposentadoria, com exceção dos previstos em acordo coletivo da categoria.
